



# ATA

110ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

# CNPS

25 de maio de 2005

Brasília - DF

**MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – MPS**  
**ATA DA CENTÉSIMA-DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
**NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – CNPS**

**DATA:** 25 de maio de 2005

**LOCAL:** Sala de Reuniões do 9º andar do MPS

**I – PRESENCAS**

**Representação do Governo**

MPS – Levy Leite

MPS – Helmut Schwarzer

MPS – Geraldo Almir Arruda

MPS – Leonardo André Paixão

MF – Julian Marcondes Viana de Assis

MP – Guilherme Costa Delgado

**Representação dos aposentados e pensionistas**

SINTRAP – Epitácio Luiz Epaminondas

COBAP – Marcelo Viana Estevão de Moraes

COBAP – Josepha Theotônia de Britto

COBAP – Raimundo Nonato de Souza

**Representação dos trabalhadores em atividade**

Força Sindical – Ricardo Patah

CUT – Lúcia Regina dos Santos Reis

**Representação dos Empregadores**

CNF – Jorge Higashino

CNC – José Idemar Ribeiro

**Convidados**

MPS – Eliane Lourenço S. Sousa  
SPPC – Ana dos Santos Braga  
INSS – Deniz Pereira Norem  
INSS – Simara A. Pastorio  
INSS – Eduardo Basso  
MPS/SRP – Sandra Cardoso Dórea

**Ausências**

MPS – Romero Jucá  
MPS – Lieda Amaral de Souza  
INSS – Samir de Castro Hatem  
INSS – João Laércio Gagliardi Fernandes  
MF – Marcos de Barros Lisboa  
MP – Eduardo Cezar Gomes  
CONTAG – Evandro José Morello  
CONTAG – Maria de Fátima Rodrigues da Silva  
CNA – Rodolfo Tavares  
CNT – Danielle Strohmeyster Gomes

1 **II – ABERTURA**

2

3 Presidindo a Mesa, o Conselheiro Levy Leite, do Ministério da  
4 Previdência Social, abriu a reunião, em nome do Ministro Romero Juca, saudou os  
5 presentes e deu a palavra ao Conselheiro Helmut Schwarzer, Secretário de  
6 Previdência Social.

7

8 **III – INFORMES**

9

10 O Conselheiro Helmut Schwarzer informou aos Senhores  
11 Conselheiros que foi publicada no Diário Oficial da União portaria designando o  
12 Conselheiro Levy Leite, membro do Conselho de Previdência Social. Que, em  
13 virtude da extinção da Secretaria de Previdência Complementar, ocorreu uma  
14 alteração na representação do Governo, tendo sido a Senhora Lieda Amaral de  
15 Souza nomeada Conselheira Titular e como suplente o Senhor Leonardo André  
16 Paixão, Secretário de Políticas de Previdência Complementar. O Governo continua  
17 com seis representantes no Conselho, inclusive representantes oriundos da  
18 Secretaria de Receita Previdenciária; também foi publicada no Diário Oficial a  
19 recondução do Senhor Marcelo Viana, representando a COBAP. Em seguida, o  
20 Conselheiro Helmut Schwarzer perguntou aos presentes se desejavam manifestar-  
21 se sobre as Atas das 107<sup>a</sup>, 108<sup>a</sup> e 109<sup>a</sup> reuniões ordinárias, tendo o Conselheiro  
22 Jorge Higashino, da CNF, dito que gostaria de corrigir o registrado no final da Ata da  
23 109<sup>a</sup> reunião, com relação às declarações que fizera na ocasião. O Conselheiro  
24 Helmut Schwarzer sugeriu votarem-se as atas no final da reunião e passou a  
25 abordar a Recomendação nº. 07, sobre o programa PEP nas escolas, tendo a  
26 reunião anterior deste Conselho, presidida pelo Conselheiro Geraldo, recomendado  
27 que fosse publicada *ad referendum*, visando que o PEP fosse considerado parte do  
28 processo orçamentário ainda em elaboração. Perguntou o Conselheiro Helmut  
29 Schwarzer se os Senhores Conselheiros poderiam referendar, retroativamente, a  
30 Recomendação em discussão, o que foi feito. Prosseguindo nos informes, deu-se  
31 ciência ao Conselheiro Marcelo do envio, por correio eletrônico, do Plano de Ação  
32 da Assessoria de Gestão de Riscos, solicitado por ele.

33

34 O Presidente Levy Leite, do MPS, convocado pelo Ministro, retirou-  
35 se da reunião e passou a presidência da mesa ao Conselheiro Helmut Schwarzer.  
36 Com a palavra, o Conselheiro Helmut Schwarzer, após várias ponderações sobre o  
37 texto do Regimento dos Conselhos de Previdência Social e de apartes dos  
38 Conselheiros Sandra Dórea e Jorge Higashino, propôs a seguinte redação para o §  
39 5º do art. 4º do Regimento Interno dos Conselhos de Previdência Social: “Resolução  
40 nº 1.259, de 25 de maio de 2005: “Perderá o mandato o Conselheiro que não  
41 comparecer a três reuniões consecutivas ou a cinco intercaladas durante o seu  
42 mandato, salvo se a ausência for justificada por escrito ao Presidente do Conselho e  
43 que seu suplente o substitua.” Informou o Conselheiro Helmut Schwarzer que a  
44 alteração proposta foi reivindicação dos Conselhos de Previdência do Rio de  
45 Janeiro, Curitiba e São Paulo, além de ter sido discutida em todos os encontros do  
46 Conselho de Previdência Social.

47  
48 **Deliberação: a Resolução foi colocada em votação e aprovada por**  
49 **unanimidade dos presentes com o seguinte teor: “Resolução nº 1.259, de 25 de**  
50 **maio de 2005. O Plenário do Conselho Nacional de Previdência Social, em sua**  
51 **110ª Reunião Ordinária, realizada em 25/05/05, no uso de suas competências e**  
52 **das atribuições que lhe são conferidas pelo § 5º do art. 296 A do Decreto nº**  
53 **3.048, de 06 de 06 maio de 1999, alterado pelo Decreto nº 4.874, de 11/11/2003,**  
54 **publicado no DOU de 12/11/2003, e de acordo com o art. 21 da Resolução**  
55 **CNPS nº 1.234, de 17/12/2003, publicada no DOU de 22/12/2003, resolve aprovar**  
56 **a seguinte alteração no Regimento Interno dos Conselhos de Previdência**  
57 **Social. O § 5º do art. 4º do Regimento Interno dos Conselhos de Previdência**  
58 **Social passa a vigorar com a seguinte resolução: “art. 4º § 5º Perderá o**  
59 **mandato o Conselheiro que não comparecer a três reuniões consecutivas ou a**  
60 **cinco intercaladas durante seu mandato, salvo se a ausência for justificada por**  
61 **escrito ao Presidente do Conselho e que seu suplente o substitua”. Art. 2º Esta**  
62 **Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Romero Jucá,**  
63 **Presidente.”**

64  
65 Com a palavra, o Conselheiro Guilherme Costa Delgado (MP),  
66 aludiu ao fato de ter sido aventada, em reunião anterior, a avaliação do “fator  
67 previdenciário”, matéria sobre a qual o IPEA faria relatório a ser discutido e votado

68 no Conselho. Esclareceu, ainda, que não se trata de assunto urgente, mas acha  
69 possível trazer em agosto o relatório pronto para ser discutido. O Conselheiro  
70 Delgado acha que o relatório dará resposta, sob o ponto de vista empírico, a uma  
71 série de questões ainda não esclarecidas.

72

73 Falou, em seguida, o Conselheiro Julian Marcondes Viana de Assis  
74 (MF), comentando que no ano passado foi apresentado no Conselho um trabalho  
75 sobre o impacto financeiro dos processos relacionados ao índice de reajuste do  
76 salário mínimo, aplicado em 1994. Comentou-se o volume de benefícios, o número  
77 de causas e, principalmente, o estoque de passivos judiciais e o impacto dos  
78 mesmos no déficit da Previdência, em 2004. Em 2005, informou o Conselheiro  
79 Julian, o Ministério da Fazenda busca informações e, nesse sentido, enviou  
80 mensagem eletrônica para o Conselho solicitando a atualização dos dados, o que  
81 será providenciado.

82

83 O Presidente da Mesa Helmut Schwarzer deu as boas vindas aos  
84 Conselheiros Ricardo Patah e Luiz Epaminondas e, em seguida, perguntou se  
85 haveria objeção caso o Conselho resolvesse dilatar o prazo, em um ou dois meses,  
86 concedido ao IPEA, para que aquele órgão apresentasse o relatório sobre o fator  
87 previdenciário. Não tendo havido objeção ao prazo concedido, foi aprovada a  
88 proposta.

89

90 Com a palavra, o convidado Eduardo Basso (INSS) falou sobre o  
91 IRSM, questão levantada pelo Conselheiro Julian Marcondes Viana de Assis. Disse  
92 que o INSS tinha 1.800 mil benefícios identificados na primeira pesquisa; depois de  
93 uma triagem, restaram cerca de 1.300 a 1.400 mil benefícios, sendo que o último  
94 informe era de em torno 600 mil pedidos de adesão. Havia perto de 200 mil ações  
95 judiciais, sendo que o dispêndio do último mês foi de 42 milhões de reais. Disse não  
96 ter o valor acumulado desde o início, sendo que a projeção era de 12 milhões de  
97 reais.

98

99 O Conselheiro Julian de Assis, do Ministério da Fazenda, externou  
100 a preocupação do Órgão, considerando as despesas com precatórios e 1,1 bilhão de  
101 reais em sentenças judiciais, o que extrapolou estimativas feitas. Se forem pagos 3

102 bilhões de reais no decorrer deste ano, é praticamente a metade da dotação para o  
103 Programa Bolsa-Família. A Fazenda precisa ter controle de estoque, saber o que  
104 será cobrado, comentou.

105

106 Com a palavra, o convidado Eduardo Basso (INSS) informou que a  
107 previsão inicial era de 12 bilhões de reais para correções acima de 1,8 bilhão de  
108 benefícios, e que o contato para esse assunto, no Ministério da Fazenda, era a  
109 Senhora Paula, que é do Tesouro, a quem foram repassadas informações até  
110 janeiro deste ano. Faltam as de fevereiro a março, que podem ser repassadas sem  
111 problemas.

112

113 O Conselheiro Marcelo Viana (COBAP) comentou que a adesão do  
114 acordo ficou abaixo da expectativa do Ministério por efeito da ação dos Juizados  
115 Especiais Federais, julgando com celeridade as causas e possibilitando a obtenção,  
116 sem deságio, dos valores em discussão.

117

118 Os Conselheiros Marcelo Viana e Julian Marcondes e o Sr.  
119 Eduardo Basso ainda comentaram diversos aspectos do problema gerado pelas  
120 ações judiciais, tendo o Presidente Helmut Schwarzer informado que houve,  
121 efetivamente, aumento de pagamentos na rubrica “decisão judicial” a partir do  
122 momento em que se intensificou o ritmo das condenações na Justiça, sendo que o  
123 patamar desses pagamentos tem se mantido em torno de 300 milhões de reais por  
124 mês. Continuando, o Presidente Helmut Schwarzer informou que o Procurador do  
125 INSS, Dr. Jéferson, lhe informara que existem em torno de 8 milhões de ações  
126 judiciais movidas contra a Previdência Social, envolvendo variados temas.  
127 Acrescentou que o MPS tem de 3 a 4 mil Procuradores, e que recentemente a  
128 Justiça de Santa Catarina e de São Paulo condenou o INSS em um lote de ações  
129 em relação ao RTM. Aposentadorias concedidas entre 1977 e 1988 têm sido  
130 questionadas quanto ao índice usado no cálculo do benefício, sendo que na época a  
131 referência era a OTN.

132

133 O Conselheiro Marcelo comentou que se o Ministério da  
134 Previdência admite nada poder fazer com relação ao passivo da RTN e da OTN, por  
135 que não procurou pagar por vias administrativas esse passivo, até para desafogar a

136 Justiça? Fez um apelo ao Ministério da Previdência, no sentido de tentar reduzir o  
137 que ele considerou um grau absurdo de litigiosidade, representado por esses 8  
138 milhões de ações judiciais, sem condições de vitória por parte do MPS.

139

140 Em resposta, o Presidente Helmut Schwarzer disse que iria levar  
141 em consideração o apelo do Conselheiro Marcelo e deu em seguida as boas vindas  
142 ao Conselheiro Leonardo Paixão, novo membro do Conselho Nacional de  
143 Previdência Social, que afirmou se sentir honrado por participar do mesmo.

144

145 Pelo Presidente da Mesa, foi dada a palavra à Conselheira Josepha  
146 (COBAP), que cobrou o fornecimento do mesmo material informativo que é fornecido  
147 à imprensa antes das entrevistas coletivas. Em seguida, disse desejar abordar três  
148 questões: o recadastramento, como está sendo feito e sob responsabilidade de  
149 quem; o reajuste dos benefícios, que, segundo cálculos da Força Sindical, estaria  
150 defasado em 3% nos últimos três anos; por último, a MP nº 242, que trata de  
151 benefício por incapacidade, prestes a ser votada e virar lei, e que não estaria sendo  
152 devidamente analisada pelo Conselho. O Presidente da Mesa desculpou-se com a  
153 Conselheira Josepha pelas falhas na distribuição do material das entrevistas. Com  
154 relação aos índices de reajustes dos benefícios e do salário mínimo, a Medida  
155 Provisória determinou, para esse último, o índice de 15,38%, mas para os  
156 benefícios, o índice regulado pelo INPC, que foi de 6,35%. O problema foi analisado  
157 pelo Ministério da Previdência sob o ponto de vista jurídico, e o índice de 6,35% foi  
158 determinado sem que fosse apurado o índice efetivo da inflação, que, em cada mês,  
159 é divulgado no mês seguinte, entre os dias 10 e 15. Dessa forma, o MPS só teria a  
160 informação do valor da inflação na metade do mês, não permitindo que a Dataprev  
161 fizesse todos os processamentos a tempo de os pagamentos serem feitos nos  
162 primeiros dias úteis do mês subsequente. A alternativa achada foi fazer estimativa e  
163 pagar de acordo com o valor estimado, procurando, mês a mês, compensar as faltas  
164 ou excessos. Comentou, ainda, que as pequenas diferenças entre os índices oficiais  
165 e o que é pago, para mais ou para menos, pela Previdência, é um assunto que  
166 poderá ser levado aos Ministros da Previdência e da Fazenda. Houve anos em que  
167 o reajuste foi superior a 1% ou de até 1,8%.

168



169 Falando em seguida, a Conselheira Josepha disse que, em alguns  
170 anos, o reajuste foi pelo IGPD, e que atualmente os cálculos dos reajustes estão  
171 sendo feitos a menor; se passarem de 3%, já seria 50% do reajuste que foi pago  
172 este ano, o que considerou uma diferença expressiva. Acrescentou que é preciso  
173 que o lado social seja levado em conta, que são numerosas as pessoas que ganham  
174 muito pouco, raros os que ganham mais de dez salários mínimos, por isso acha que  
175 o Governo deve estudar uma forma de repor os 3% de diferença, reajuste que  
176 certamente não vai quebrar o país.

177

178 O Presidente da Mesa prometeu mandar consignar em Ata as  
179 ponderações da Conselheira Josepha, e deu a palavra ao Conselheiro Raimundo  
180 Nonato de Souza.

181

182 Com a palavra, o Conselheiro Raimundo Nonato de Souza  
183 (COBAP) indagou se estava presente um representante da Dataprev. Lembrou que  
184 havia uma resolução no sentido de que em todas as reuniões do Conselho de  
185 Previdência estivesse presente um representante daquela empresa para o  
186 esclarecimento de dúvidas. Aludiu às duas vezes em que a Dataprev deu  
187 informações erradas para fins de imposto de renda, o que considerou inadmissível.

188

189 O Presidente da Mesa disse não se lembrar da resolução do  
190 Conselho com respeito à presença do representante da Dataprev e comentou que a  
191 demanda do Conselheiro Raimundo era justa, e que iria tentar convidar o Dr.  
192 Maurício, que, em reunião anterior, apresentara planos e projetos da Dataprev.

193

194 O Conselheiro Raimundo lembrou ao Presidente da Mesa que a  
195 solicitação para que em todas as reuniões estivesse presente um representante da  
196 Dataprev constava na ata da 109ª reunião.

197

198 Dada a palavra ao Conselheiro Geraldo Almir Arruda (MPS), este  
199 falou do andamento dos trabalhos do Fator Acidentário Previdenciário. A resolução  
200 do Conselho no sentido da implementação do Fator Acidentário Previdenciário é de  
201 abril de 2004, porém, explicou que até hoje a metodologia que permite às empresas  
202 pagar de forma diferenciada às alíquotas de 1, 2 e 3% - para financiamento dos

203 benefícios decorrentes de incapacidade laboral – ainda não foi implementada.  
204 Explicou que essa metodologia implica em numerosas e profundas alterações em  
205 todos os procedimentos administrativos do INSS e do Ministério da Previdência,  
206 sobretudo quando informatizados. Há um grupo de Trabalho mapeando todas as  
207 interfaces e procedendo à construção de novos sistemas informatizados, o que não  
208 é tarefa fácil e demanda tempo. Com relação à Política Nacional de Saúde e  
209 Segurança do Trabalhador, explicou que se trata de política em discussão na  
210 sociedade e que é objeto de interesse, também, de outros Ministérios, em especial  
211 os do Trabalho e da Saúde.

212  
213 Com a palavra, o Conselheiro Julian Marcondes Viana de Assis  
214 (MF), dirigindo-se à Conselheira Josepha, afirmou que o pessoal da área  
215 econômica, a qual ele pertence, jamais teve a intenção de prejudicar os milhões de  
216 aposentados da Previdência, e que, na edição da MP, também inexistiu vontade de  
217 atingir os aposentados ao ser concedido um índice inferior ao verificado no  
218 comportamento da inflação.

219  
220 Falou, em seguida, o Conselheiro Marcelo Viana, informando que  
221 fora publicada Resolução aprovando o Regimento da CAEP e solicitando ao  
222 Presidente da Mesa providências no sentido de serem nomeados especialistas na  
223 área de Previdência, a fim de ser definida uma agenda de trabalho para a referida  
224 Comissão. Disse, ainda, que lhe fora encaminhado o Plano de Ação da Assessoria  
225 de Gerenciamento de Risco e propôs que o mencionado Plano fosse posteriormente  
226 discutido no âmbito do Conselho. Deu, ainda, informações a este Conselho sobre a  
227 tramitação dos projetos de lei relacionados à Consolidação da Legislação da  
228 Previdência Social, sendo um deles o de nº 4.202/01, cujo relatório já estaria pronto  
229 para ser votado, sendo Relator o Deputado Maurício Rands. Existe ainda um  
230 segundo projeto, o de nº 7.078/02, ainda nos estágios iniciais de sua tramitação. O  
231 Conselheiro Marcelo Viana apelou no sentido de o Conselho encaminhar à  
232 Assessoria de Assuntos Parlamentares ofício solicitando mais empenho no  
233 acompanhamento e procurando acelerar a tramitação dos referidos Projetos, ambos  
234 de interesse deste Conselho e da Previdência como um todo.

235

236 O Presidente da Mesa, em resposta ao Conselheiro Marcelo Viana,  
237 informou que já foram enviados Ofício e o texto da Resolução nº 1.239, de abril de  
238 2004, à Assessoria Parlamentar do MPS, buscando rápida tramitação dos projetos  
239 em referência. Ainda com a palavra, o Presidente da Mesa deu ciência aos  
240 presentes que em 1º de junho de 2005 entrará em vigor o Acordo Multilateral de  
241 Previdência Social do Mercosul, tendo o Paraguai ratificado o Acordo Multilateral em  
242 novembro do ano passado e depositado, em 05 de maio do corrente ano, a sua  
243 ratificação junto à Chancelaria do Governo do Paraguai, que é o depositário de  
244 todas as ratificações. O Conselheiro Marcelo Viana, que foi Secretário de  
245 Previdência Social na década de 90, negociou com o Mercosul o acordo de  
246 previdência social e esperou doze anos para vê-lo implantado. O Presidente da  
247 Mesa enalteceu a contribuição do Conselheiro Marcelo Viana para a consolidação  
248 do Acordo Multilateral com o Mercosul e deu por encerrada a parte da reunião  
249 destinada aos Informes e ao Expediente, solicitando, em seguida, que a Senhora  
250 Ana dos Santos Braga participasse da Mesa, integrante do Grupo de Trabalho  
251 instituído pela Portaria nº 101, da Secretaria Executiva, para tratar de questões  
252 referentes à cobertura e inclusão previdenciária.

253

#### 254 **IV – ORDEM DO DIA**

255

256 Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria MPS/SE nº  
257 101. Palestrante: Ana dos Santos Braga, representante da Coordenação do  
258 Programa de Educação Previdenciária – PEP.

259

260 Iniciando a sua palestra, a Senhora Ana dos Santos Braga disse  
261 que houve necessidade de mensurar as atividades do PEP e de verificar o impacto  
262 das ações do programa nos segurados que estavam voltando a contribuir. Logo no  
263 começo, uma das metas era conseguir a inscrição de contribuintes individuais. O  
264 sistema, da forma como existia e como foi conceituado, não incorporava os  
265 contribuintes que voltavam pelo PIS/PASEP ou por meio do NIT já existente. Por  
266 conta dessas lacunas, disse a palestrante, procurou-se a Dataprev e, em 1º de  
267 setembro de 2004, a Portaria nº 101 instituiu o Grupo de Trabalho para, afinal, definir  
268 as estratégias visando a inclusão previdenciária, gerar informações, mensurar as  
269 ações do PEP e manter o cadastro dos contribuintes atualizado e consistente. O

270 Grupo de Trabalho é constituído por representantes da Assessoria Técnica, da  
271 Diretoria de Benefícios, da Diretoria da Receita Previdenciária, da Dataprev e o  
272 representante do Programa, que é a própria palestrante, na condição de  
273 coordenadora. O prazo para a realização dos trabalhos do grupo foi de 60 dias e de  
274 180 dias para a conclusão dos trabalhos do inciso III, que é a implementação. Este  
275 prazo foi prorrogado pela Portaria nº 105. O trabalho foi iniciado com a revisão de  
276 conceitos importantes, tais como filiação, inscrição, contribuintes ativos e outros.  
277 Depois, foi feito o levantamento de informações de interesse geral. Houve sempre  
278 divergência entre o número de inscritos e o de contribuintes, inclusive existem  
279 categorias de trabalhadores que se inscrevem porém não contribuem. Outra  
280 divergência decorre do fato de existirem pessoas que são empregadas mas não  
281 igualmente contribuintes individuais, por isso, a base fez um trabalho de  
282 levantamento de informações para depurar os que são contribuintes facultativos,  
283 domésticos, contribuintes individuais. Outro ponto, comentou a palestrante, foi a  
284 definição dos indicadores de medição dos resultados das ações. Quando realiza-se  
285 uma ação, o programa tem vista não só para os deveres do contribuinte mas  
286 também nos seus direitos. O Grupo reduziu a quantidade de indeferimentos e o  
287 número de processos indevidamente concedidos. Comentou que a informação é  
288 importante, como, por exemplo, o direito ao benefício. O Grupo procurou levantar o  
289 número de contribuintes que já requereram auxílio-doença e outros benefícios, e a  
290 ocorrência de doenças por categoria de trabalhadores. O Grupo de Trabalho  
291 encontrou certa dificuldade em levantar o perfil dos clientes dos diversos benefícios  
292 e verificou, no caso do Cadastro de Pessoa Física – CadPF, que a base não  
293 era homogênea. O problema maior encontrado com relação aos cadastros foi em  
294 relação ao número do telefone e o CEP da residência. O Grupo não tinha como  
295 captar informações em casos de encerramento de atividades. É comum o  
296 empresário não poder dar baixa por não ter como apresentar documentação. O  
297 Grupo sentiu a necessidade de um código de endereçamento postal, ausente em  
298 muitos cadastros. A palestrante disse que o PEP está prevendo um sistema de  
299 fidelização, para o qual é necessário um endereçamento confiável. Dessa forma,  
300 pode-se verificar quantos contribuintes não estão recolhendo e, em seguida,  
301 contatá-los por carta, instando para comparecerem à Previdência a fim de  
302 salvaguardar seus direitos e cumprir suas obrigações. Com um bom sistema de  
303 endereçamento, é evitada a evasão dos segurados que se inscrevem por outros

304 motivos, segurados sem fidelidade à Previdência e frequentemente ignorantes de  
305 suas obrigações, mas que julgam ter direitos a benefícios sem antes terem  
306 contribuído. “Precisamos”, disse a palestrante, “atingir não só os que estão fora, mas  
307 principalmente os que estão dentro da Previdência, que se inscreveram mas não  
308 recolhem.” “Para nós, não basta se inscrever; é importante as contribuições em dia.”  
309 Prosseguindo em sua palestra, aludiu à obrigatoriedade da apresentação do CPF.  
310 Por ser um documento único, torna exata a identificação de inscrições. Hoje, por  
311 decreto, é obrigatória a apresentação do CPF. Abordou o problema da sinonímia no  
312 Código Brasileiro de Ocupações, exemplificando com a campanha feita há dois anos  
313 junto aos taxistas, ocasião em que, devido ao regionalismo, foram declaradas  
314 atividades que não figuram no atual Código Brasileiro de Ocupações. Segundo a  
315 palestrante, torna-se necessário um Código de Ocupações mais adaptado às  
316 denominações em uso em várias regiões do país. É um trabalho em  
317 desenvolvimento na Receita Federal. A palestrante apontou também um outro  
318 problema, que é o da falta de registro da baixa de empresários contribuintes.  
319 Embora tenham encerrado sua atividade empresarial, continuam com a inscrição em  
320 aberto, mas deixam de contribuir. Torna-se necessário rever a legislação e os Atos  
321 Normativos a fim de tornar mais fácil e menos oneroso o processo de baixa de uma  
322 empresa, observou a palestrante. Outro problema é o dos segurados que se  
323 cadastram em uma localidade e trabalham em outra. É uma situação comum,  
324 principalmente nos grandes centros, como Rio e São Paulo. A Dataprev foi acionada  
325 pelo Grupo para tentar dar solução a esse problema. Outro assunto abordado pela  
326 palestrante foi o da fidelização, que significa tornar o cliente fiel a alguma coisa: no  
327 caso da Previdência, fiel à Previdência. Para elaborar o projeto de fidelização, o  
328 Grupo procurou conhecer o perfil do contribuinte, trabalho que vai envolver a  
329 Dataprev. A finalidade é ampliar e melhorar o relacionamento da Previdência Social  
330 com seus contribuintes. “Propor instrumentos de mensuração dos resultados das  
331 ações do Programa de Educação Previdenciária.” Foi difícil mensurar, por exemplo,  
332 a audiência, uma palestra ou a receptividade a anúncios no rádio ou à publicidade  
333 em jornais, sendo, por este motivo, necessário criar um sistema que permite medir o  
334 retorno das ações realizadas dentro do Programa, com a emissão de relatórios  
335 gerenciais. Foram desenvolvidos alguns aplicativos para essas mensurações, tais  
336 como: sistema de informações estratégicas de planejamento e acompanhamento do  
337 PEP; sistema de fidelização do contribuinte, envolvendo áreas de recolhimento e

338 novas funcionalidades no Sistema Único de Informações de Benefícios – SUIBE.  
339 Segundo a palestrante, o sistema de informações estratégicas é para mensurar quem  
340 realmente retornou em razão de uma ação do programa. O sistema de fidelização  
341 do contribuinte envolve a área de recolhimento e novas funcionalidades no sistema  
342 SUIBE, sendo este último o único que permite identificar, por NIT e filiação, os  
343 contribuintes que recebem benefícios, permanentes ou temporários. O sistema de  
344 informações estratégicas vai permitir consultas personalizadas. A palestrante  
345 informou que foi proposta uma tela de motivos para mensuração e acompanhamento  
346 estatístico das razões que levaram o segurado a promover a sua inscrição no  
347 Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Ao chegar, o interessado passará por  
348 pesquisa de opinião para saber se obteve informações por jornal, pelo PEP ou por  
349 iniciativa própria. O Grupo de Trabalho consultou áreas dos representantes dos  
350 benefícios e da receita, havendo quem previsse um impacto negativo. Informou que  
351 o Grupo preparou uma versão piloto em um aplicativo CadPF, que será testada em  
352 unidade do INSS a ser definida. Pretende-se criar um sistema que possibilite  
353 identificar contribuintes do RGPS fora da proteção social por inadimplência e, assim,  
354 direcionar os esforços do programa para esse público-alvo específico. Ações  
355 previstas para o acompanhamento de fidelização: emissão de boas vindas, com  
356 informações sobre direitos e deveres, descrição de vantagens do seguro social,  
357 emissão e envio de extratos de recolhimentos. Há a intenção de emitir extratos  
358 semestralmente. Pretende-se também proceder à emissão e envio de cartas aos  
359 contribuintes em débito, que é o público que o Grupo pretende atingir, evitando  
360 mensagens sobre a importância de manter em dia as contribuições e explicar que o  
361 contribuinte facultativo corre o risco de perder o benefício. Quanto às novas  
362 funcionalidades do sistema SUIBE, a proposta é alterar o Sistema para gerar  
363 informações dos beneficiários por NIT. O SUIBE só previa os dados que se  
364 relacionavam com o beneficiário, agora, deseja-se conhecer também o instituidor. A  
365 Senhora Ana dos Santos Braga terminou sua palavra e informou que a Coordenação  
366 do Conselho providenciaria a distribuição do texto aos Senhores Conselheiros.

367

368 O Conselheiro Helmut Schwarzer agradeceu à Senhora Ana pelos  
369 esclarecimentos prestados ao Conselho e franqueou a palavra aos que desejassem  
370 se manifestar.

371

372 O Conselheiro Marcelo cumprimentou a Senhora Ana e comentou  
373 estar ciente de alguns aspectos da palestra que acabara de ouvir, pois o relatório  
374 apresentado complementou o Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela  
375 Portaria nº 100, da Secretaria Executiva, distribuído na reunião anterior. Propôs,  
376 ainda, que fosse aprovado pelo Conselho o mencionado Relatório da Portaria 100.  
377 Acrescentou duas recomendações: a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº  
378 210, em tramitação no Congresso Nacional, que atende boa parte das  
379 recomendações feitas neste Conselho e a promoção de articulação com a Receita  
380 Federal para que o CPF possa ser utilizado como instrumento de controle na  
381 concessão de benefícios e da adimplência. Terminando, propôs que o Conselho  
382 aprovasse Resolução com os seguintes quesitos: 1) Aprovação do Relatório do  
383 Grupo de Trabalho constituído pela Portaria MPS nº 100 e Portaria nº 101, que  
384 prorrogou prazos da anterior: 2) que o Projeto de Lei Complementar nº 210 fosse  
385 encaminhado à Assessoria de Assuntos Parlamentares. Interrompendo, a Senhora  
386 Ana esclareceu que se tratava de dois Grupos de Trabalho distintos, embora  
387 estivessem trabalhando em sintonia. O Conselheiro Marcelo desculpou-se pelo  
388 equívoco e voltou aos quesitos da Resolução: 3) determinar ao Ministério dar  
389 prioridade à implementação da metodologia, recomendando o uso do CPF como  
390 instrumento de controle da inadimplência e da concessão de benefícios.

391  
392 Passou-se a palavra ao Conselheiro Guilherme Costa Delgado, que  
393 cumprimentou a palestrante, elogiou o trabalho do grupo que tratou do Programa de  
394 Educação Previdenciária e mencionou uma lacuna na palestra, a falta de menção ao  
395 segurado especial, que é inscrito, cadastrado e documentado de forma diferente da  
396 do segurado urbano. Disse ter sido procurado pelo Movimento das Mulheres  
397 Camponesas, que lhe dissera ser a grande demanda do segurado especial o fato de  
398 não ter identificação pessoal junto ao INSS, razão pela qual o próprio INSS  
399 desconhece o número e a situação dos seus segurados especiais. O Conselheiro  
400 disse que o segurado especial precisa, também, ser objeto da atenção do Programa  
401 de Educação Previdenciária. Ele discordou da avaliação do INSS, que calcula em  
402 cerca de 7,5 milhões o número de segurados especiais. Total subestimado, segundo  
403 o Conselheiro. O número real se aproximaria de 12 milhões, e é preciso que tenham  
404 direito aos mesmos benefícios dos demais segurados. Perguntou como o Programa

405 de Educação Previdenciária orientaria o seguro especial no tocante à obtenção dos  
406 benefícios da Previdência Social.

407

408 Passou-se a palavra à Conselheira Josepha Theotônia de Britto,  
409 que externou sua preocupação pela maneira como as pessoas recebem a  
410 informação de educação previdenciária. No caso dos segurados especiais,  
411 normalmente não possuem CPF, condições de efetuar transações bancárias e  
412 outras, mas, na Previdência, têm carteira de trabalho, número de PIS, número do  
413 benefício. É preciso um controle mais efetivo para se conceder benefícios, ponderou  
414 a Conselheira, ninguém, sem registro de contribuinte, deveria poder receber  
415 benefícios.

416

417 O Conselheiro Guilherme, em aparte, esclareceu que a expressão  
418 seria “segurado” e não “contribuinte”, visto que os segurados especiais, em sua  
419 grande maioria, não são contribuintes da Previdência Social.

420

421 O Conselheiro Marcelo pediu a palavra e disse que o grande  
422 desafio é saber como se cadastrar o segurado especial, em que nicho, e identificar  
423 quem é segurado especial, que envolve dificuldades para aferir se todos os  
424 membros do núcleo familiar se enquadram na categoria, pois é natural e normal que  
425 existam pessoas vivendo no núcleo que poderia ser classificado como núcleo o  
426 segurado em regime familiar, mas que, na verdade, desenvolvem atividades  
427 diversas das demais pessoas daquele núcleo. No futuro, é possível que todos  
428 tenham um só número de identificação, acompanhando o indivíduo tanto em sua  
429 vida laboral quanto, posteriormente, na aposentadoria. Seria um meio de a  
430 Previdência controlar as concessões e combater fraudes.

431

432 A Conselheira Josepha comentou que esse registro deveria ser  
433 obrigatório para muitas coisas na vida, e que ninguém é eximido de contribuir para a  
434 Previdência, seja qual for a sua classe social. Outro ponto é a palavra “déficit”, essa  
435 idéia que tem o povo de que a Previdência Social é falida; por isso, teve a alegria de  
436 ver, em documentos do Ministério das Comunicações, em lugar de “déficit”, a  
437 referência a “necessidade de financiamento”.

438



439 Em aparte, o Presidente da Mesa comentou que desde 2003 fala  
440 justamente em “necessidade de financiamento”, e que, em entrevistas coletivas, ele  
441 usa a expressão, mas vê nos jornais suas palavras transmudadas em “rombo da  
442 Previdência”.

443

444 Com a palavra, a Conselheira Josepha comentou sobre a  
445 necessidade de financiamento para a educação previdenciária e por que o Tesouro  
446 tem a obrigação de efetuar aqueles pagamentos que são de sua competência.

447

448 Passou-se a palavra ao Conselheiro Eptácio Luiz Epaminondas, o  
449 qual, por não estar se sentindo bem, declinou de falar e se retirou.

450

451 Passou-se a palavra à Convidada Sandra Cardoso Dórea, que  
452 parabenizou o grupo de trabalho do PEP e disse que a Secretaria da Receita  
453 Previdenciária fica satisfeita com a ênfase dada ao problema de fidelização do  
454 segurado. Ela disse que havia grande preocupação em aumentar a cobertura, mas  
455 faltou a preocupação de verificar se as pessoas que haviam ingressado no sistema  
456 estavam contribuindo. Concordou com a Conselheira Josepha dizendo que é preciso  
457 haver preocupação com o social sem descuidar da contribuição dos novos inscritos.

458

459 Foi dada a palavra ao Conselheiro Jorge Higashino, que externou  
460 sua preocupação com a possibilidade da criação de nova sigla SUIBE, que seria a  
461 criação de novo cadastro e que viria aumentar os custos da Previdência. O  
462 Conselheiro comentou as dificuldades que teriam os contribuintes para se munirem  
463 de muitos tipos de identificações e o problema de decorar números de senhas. O  
464 Conselheiro expressou o desejo de que a Previdência adote o CPF ou outro sistema  
465 que venha simplificar as provas de identidade, e que sejam seguras, para  
466 tranqüilidade dos segurados e contribuintes.

467

468 O Presidente da Mesa, em aparte, explicou que o SUIBE não é  
469 uma base nova de dados, mas um mecanismo de acesso.

470

471 Pediu a palavra o Conselheiro Guilherme, que explicou não ser  
472 indiferente usar as palavras “segurado” e “contribuinte”. Pela Constituição Federal de

473 1988, o sistema previdenciário brasileiro foi ampliado, com a inclusão do segurado  
474 especial, que, sob o ponto de vista administrativo, precisa ser inscrito e  
475 documentado, e nesse ponto mesmo o Ministério do Trabalho pode emitir carteira de  
476 trabalho para os que laboram em regime de economia familiar. Devidamente  
477 identificados, os segurados especiais permitiriam que se acabasse com a  
478 ambigüidade vigente, segundo a qual não se sabe ao certo se entre 12 e 14 milhões  
479 de pessoas são, legitimamente, segurados especiais.

480

481 O Presidente da Mesa dirigiu-se à Senhora Ana, pedindo para  
482 comentar os pronunciamentos dos Senhores Conselheiros sobre o problema de  
483 identificação dos segurados especiais, tendo ela explicado que o PEP desenvolve  
484 atividades para o público em geral e para todos os filiados à Previdência. A  
485 programação do PEP prevê procedimentos de orientação a esta sociedade  
486 específica, que é a dos segurados especiais, no sentido de providenciar  
487 documentação para requerer benefícios. O PEP tem parceria com o Ministério do  
488 Desenvolvimento Agrário buscando documentar o trabalhador rural. Ela disse ainda  
489 ter parceria com a Secretaria de Aquicultura e Pesca quando se envolve segurado  
490 especial, que é o pescador. Mais adiante, respondendo à indagação do Conselheiro  
491 Guilherme, informou sobre a documentação Previdenciária, na qual o segurado  
492 precisa comprovar filiação. Há ainda o trabalho da fidelização, e outro mais, que é o  
493 da consulta. Com relação ao SUIBE, disse que houve a preocupação de não criar  
494 novos sistemas, e sim, usar as bases existentes.

495

496 O Presidente da Mesa precisou retirar-se da reunião, passando  
497 então a presidência da mesa ao Conselheiro Geraldo Almir Arruda, o qual passou a  
498 palavra ao Conselheiro Marcelo Viana Estevão de Moraes.

499

500 O Conselheiro Marcelo, após os esclarecimentos da Senhora Ana e  
501 das questões suscitadas pelo Conselheiro Guilherme, propôs a seguinte resolução:  
502 1) a aprovação do Relatório do Grupo de Trabalho constituído pela Portaria MPS/SE  
503 nº 100, de 1º de setembro de 2004; 2) solicitar à Assessoria de Assunto Parlamentar  
504 maior empenho para garantir a aprovação rápida do Projeto de Lei Complementar nº  
505 210/2004; 3) dar prioridade à implantação do CPF como documento para a  
506 concessão de benefícios e controle de inadimplência; 4) aprovar o Relatório do

507 Grupo de Trabalho criado pela Portaria MPS/SE nº 101; 5) buscar uma forma  
508 fidedigna de cadastramento do segurado especial no Cadastro Nacional de  
509 Informações Sociais.

510

511 Passou-se a palavra ao Conselheiro Leonardo André paixão, que  
512 sugeriu que todos recebessem o texto do relatório da Portaria nº 101 antes de  
513 participar da votação do referido relatório, tendo o Conselheiro Marcelo dito que seu  
514 objetivo foi abreviar a discussão dos itens a serem votados, em vista de estar  
515 sobrecarregada a agenda da reunião. Afirmou que o texto do relatório do Grupo de  
516 Trabalho não difere da exposição da Senhora Ana.

517

518 O Presidente indagou então se todos os Conselheiros estavam  
519 dispostos a aprovar o relatório, mesmo que nem todos tenham conseguido ler o  
520 texto.

521

522 O Conselheiro Marcelo deu então a sugestão de se aprovar o  
523 relatório deixando um prazo *ad referendum* para que os Conselheiros que não  
524 receberam o texto possam mais tarde se manifestar, e, havendo uma só opinião  
525 contrária à aprovação, o texto do relatório seria novamente posto em discussão e  
526 votação.

527

528 O Presidente discordou, afirmando que aquele tipo de situação não  
529 encontrava respaldo no Regimento. O que se tem, afirmou, é a possibilidade de que  
530 seja editada *ad referendum*, ou seja, editada diretamente pelo Presidente do  
531 Conselho. Todos concordaram com o encaminhamento.

532

533 **Deliberação: A Resolução foi colocada em votação e aprovada por**  
534 **unanimidade com o seguinte teor: “Resolução nº 1.260 O PRESIDENTE DO**  
535 **CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso das suas**  
536 **atribuições que lhe confere a Resolução nº 1.212, de 10 de abril de 2002, em**  
537 **especial o inciso VII do art. 21 do Regimento Interno, resolver: 1. Aprovar o**  
538 **Relatório do Grupo de Trabalho constituído pela Portaria MPS/SE nº 100, de 1º**  
539 **de setembro de 2004, publicada no DOU de 03/09/04, apresentado na 109ª**  
540 **Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social; 2. Determinar**

541 a Assessoria de Assuntos Parlamentares do Ministério da Previdência Social  
542 que envide esforços destinados a garantir celeridade à aprovação do Projeto  
543 de Lei Complementar nº 210/2004; 3. Determinar ao Ministério da Previdência  
544 Social que dê prioridade junto à Secretaria da Receita Federal para a  
545 implementação da metodologia recomendada de uso do Cadastro de Pessoa  
546 Física – CPF como instrumento de controle da inadimplência e da concessão  
547 de benefícios; 4. Aprovar o Relatório do Grupo de Trabalho constituído pela  
548 Portaria MPS/SE nº 101, de 1º de setembro de 2004, publicado no DOU de  
549 03/09/2004, apresentado na 110ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de  
550 Previdência Social; 5. Determinar adicionalmente que a Previdência Social  
551 busque forma fidedigna de identificação e de cadastramento do Segurado  
552 Especial no Cadastro Nacional de informações Sociais – CNIS; 6. Esta  
553 Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Romero Jucá –  
554 Presidente.”

555

556 Prosseguindo, o Presidente informou que o Ministério da  
557 Previdência Social vem participando de amplo debate visando o aperfeiçoamento da  
558 legislação rural, e, de modo especial, em relação ao segurado dos meios rurais. A  
559 CONTAG apresentou um projeto e, no substantivo a esse projeto, um dos artigos  
560 trata da identificação e do cadastramento do segurado especial. O Ministério da  
561 Previdência quer avançar nesse sentido.

562

563 Dando prosseguimento à ordem do dia, o Presidente passou a  
564 palavra à Senhora Deniz Helena Pereira Abreu, Chefe da Divisão de  
565 Acompanhamento e Controle Gerencial de Benefícios.

566

567 Módulo de Gestão do SABI. Palestrante: Deniz Helena Pereira  
568 Abreu, Chefe da Divisão de Acompanhamento e Controle Gerencial de Benefícios  
569 por Incapacidade.

570

571 A palestra da Senhora Deniz discorreu sobre o módulo  
572 SABI/Gestão, uma ferramenta gerencial. Antes, porém, ela fez uma contextualização  
573 sobre o SABI, o Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade. A idéia  
574 surgiu com o Programa de Melhoria do Atendimento – PMA e, com ele, a

575 necessidade de se administrar os benefícios por incapacidade. O objetivo seria de  
576 propiciar agilidade no atendimento. Para isso, ela informou que foi constituído um  
577 Grupo de Trabalho por meio da Portaria 5.250, que elaborou o SABI, que tem  
578 multifunções e é dividido em módulos. A idéia despontou em 2000, porém somente  
579 em 2003, a partir da Resolução nº 133 da Diretoria Colegiada, é que foi aprovada. O  
580 SABI é em módulos de controle operacional, atendimento ao cliente, módulo de  
581 apoio, de segurança, de atendimento médico e o módulo de gestão, que é esse que  
582 está em desenvolvimento. Não se pode dizer que ele está concluído, pois está  
583 sendo desenvolvido junto à Dataprev. O módulo de controle operacional está  
584 instalado nas agências da Previdência. O módulo de atendimento ao cliente,  
585 também instalado nas agências, é utilizado para orientação e para requerimento de  
586 benefícios. O módulo de apoio fica na Coordenação Geral, onde se encontra o  
587 cadastramento das tabelas básicas e das tabelas corporativas. Disse que o Instituto  
588 tem a configuração dos protocolos médicos e da CID – Classificação Internacional  
589 de Doenças. Continuando a palestrante falou do módulo de segurança, que permitirá  
590 a configuração dos grupos de acesso. Trabalha-se dentro de um conceito de  
591 informação, de modo que há diversos grupos de acesso aos dados. Por exemplo,  
592 um servidor administrativo não pode acessar o módulo médico, sendo que os  
593 médicos fazem o laudo que automaticamente é inserido no sistema e fica disponível  
594 para consulta. O módulo de gestão busca a gestão centralizada da informação e é  
595 uma ferramenta de apoio à tomada de decisão. Disse que o módulo de gestão já  
596 existe em 102 gerências executivas do INSS. Em março foi concluída a capacitação  
597 de aproximadamente 600 servidores para bem utilizarem essa ferramenta. O módulo  
598 de gestão permite o maior controle dos custos operacionais, a criação de  
599 parâmetros de avaliação, redução dos custos dos benefícios concedidos e melhoria  
600 da qualidade de atendimento do segurado. Disse a palestrante que se buscou fazer  
601 um sistema bem amigável, para que o servidor do INSS desenvolvesse uma cultura  
602 de gerenciamento. Passou, em seguida, a descrever como acontece o fluxo de  
603 dados do SABI/Operacional para o SABI/Gestão: um servidor trabalha com os  
604 módulos atendimento ao cliente e atendimento médico. As informações são  
605 gravadas on-line e enviadas aos servidores do SABI, para duas máquinas em São  
606 Paulo e uma, centralizadora, no Rio de Janeiro. Essa carga vai diariamente para o  
607 servidor do SABI/Gestão, o que permite consultas on-line por meio do SABI/Gestão.  
608 Ao lado, na tela inicial, tem-se um mapa do Brasil e informações gerais, podendo,

609 quem consulta, saber informações no contexto nacional individualizado por agência  
610 ou por região. As informações estão relacionadas à quantidade de agências, de  
611 médicos, do quadro ou credenciados; a alimentação dos dados é feita mensalmente.  
612 São temas do módulo SABI/Gestão: atendimento, perícia médica, ferramentas (tema  
613 que permite troca de senhas) e outros. A palestrante mostrou um gráfico da  
614 evolução do SABI de julho de 1990, quando foram implantadas as primeiras  
615 unidades, até dezembro de 1994, mostrando uma curva ascendente, havendo  
616 apenas alguns decréscimos, coincidindo com greves do pessoal. E fez uma  
617 demonstração para exemplificar como é feita uma consulta em que se procura a  
618 categoria do segurado, o CID, o local de atendimento e o número de ordem da  
619 perícia médica e se é ou não a primeira.

620

621 Em aparte, o Conselheiro Marcelo disse que nas gerências de  
622 Teófilo Otoni e Diamantina não constava registro de perícia médica, tendo a  
623 palestrante esclarecido que eram duas das gerências mais novas. O Conselheiro  
624 Marcelo disse ter achado estranho, porque pensou que o SABI não teria chegado  
625 àquelas gerências.

626

627 Voltando, a Senhora Deniz afirmou que dentro do PPA existe a  
628 questão da necessidade de implantação do SABI em mais 263 agências neste ano.  
629 Disse que mesmo em agências onde o SABI foi implantado, alguns colegas ainda  
630 estão fazendo procedimentos no Prisma. Pelo sistema SABI, é possível saber o tipo  
631 de perícia – se DCI ou DCB, a especialidade do médico, se é do quadro ou  
632 credenciado, se houve deslocamento do médico e o tipo de requerimento. Dirigindo-  
633 se ao Conselheiro Marcelo, a palestrante mostrou como vão sendo registrados todos  
634 os parâmetros, e informou-lhe que a consulta sobre as perícias em Teófilo Otoni e  
635 Diamantina foram feitas em fevereiro de 2005, quando, de fato, o SABI ainda não  
636 havia sido implantado nas mencionadas agências. Prosseguindo, ela explicou outra  
637 funcionalidade do sistema, o de permitir a geração de relatórios e imprimí-los, se  
638 houver necessidade, e ainda anexar documentos. E que é possível a exportação  
639 dessas consultas para o Word e para o Excel – ferramentas para se fazer um melhor  
640 tratamento dessas informações. Foi feito um levantamento detalhado por Estado e  
641 ficou bem evidente que o Rio Grande do sul, São Paulo e Rio de Janeiro têm o SABI  
642 implantado em quase toda a sua totalidade. No Rio Grande do Sul, na gerência de

643 Novo Hamburgo, 99% dos requerimentos são feitos através do SABI. A Senhora  
644 Deniz disse que foi feito um exercício com relação ao número de decisões  
645 contrárias, ao número de DCIs, que é a comprovação da incapacidade, e o DCB, a  
646 cessação do benefício, demonstração essa feita por regiões. A conclusão é que  
647 dentro do contexto do SABI está sendo trabalhado por regiões geográficas.

648  
649 Em aparte, o Conselheiro Marcelo solicitou uma explicação mais  
650 detalhada.

651  
652 A Senhora Deniz explicou que o AX-1 da perícia médica é o  
653 primeiro exame; DCI, a Data da Comprovação da Incapacidade; e DCB, a Data da  
654 Cessação do Benefício. Disse que no Sudeste registrou-se o maior índice de  
655 comprovação da incapacidade. O SABI permite detalhamento para se chegar ao  
656 profissional médico, ou até saber quê servidor fez determinado requerimento, ou  
657 mapear quantos foram os requerimentos, ou individualizar quantas perícias foram  
658 feitas pelo médico Fulano de Tal. No decorrer da palestra, a Senhora Deniz  
659 respondeu a indagações da Senhora Sandra Cardoso Dórea e do Conselheiro  
660 Marcelo, sobre os aspectos técnicos do funcionamento do sistema SABI, que foi por  
661 todos considerado um sistema moderno, avançado e útil, tanto para o INSS quanto  
662 para os segurados. Ao final de sua palestra, ela foi cumprimentada pelo Presidente  
663 da Mesa, que franqueou a palavra para eventuais comentários e perguntas.

664  
665 Com a palavra, a Senhora Sandra fez duas indagações. Uma com  
666 relação ao acesso vinculado à matrícula do SIAPE, o que poderia representar um  
667 risco para a instituição; a segunda pergunta também diz respeito a risco, em relação  
668 à transmissão de informações. Quando a agência cadastra, recebe e depois faz uma  
669 transmissão para a base e esta do Prisma para o SABI. A pergunta é se este  
670 procedimento é feito automaticamente.

671  
672 Com a palavra, o Conselheiro Marcelo afirmou que a sua  
673 preocupação é menos em relação ao desenho do módulo de gestão do SABI e mais  
674 ao ritmo de implementação do Sistema. O grande desafio seria o de que o SABI  
675 possa chegar a todas as gerências, porque, na verdade, em algumas só existem em  
676 poucas agências e nas demais ainda é o Prisma que é encontrado. O Conselheiro

677 Marcelo afirmou que esteve revendo as deliberações tomadas no âmbito do Comitê  
678 de Gestão Estratégica, sendo que na gestão do Ministro Bersoini, no início deste  
679 governo, a meta para o final de 2003 era de 800 agências atendidas, mas na reunião  
680 passada foi dito que temos apenas 600 agências atendidas com aquele  
681 melhoramento. Poder-se-ia argumentar que a meta não foi atingida por falta de  
682 recursos. Na verdade, há uma meta ambiciosa e o fato é que o INSS não conseguiu  
683 implementar com a velocidade desejada uma programa estratégico. Depois, citou  
684 uma viagem que fizera no trecho Ouro Preto até a BR-040, em estrada  
685 anteriormente em péssimo estado e que fora reformada cuidadosamente porque ali  
686 passaria uma comitiva do Mercosul. Alguém definiu a prioridade, comentou o  
687 Conselheiro Marcelo. Esse mesmo entendimento e energia deve-se aplicar no  
688 sentido de serem atingidas as metas da Previdência. O grande desafio, disse, não  
689 está em desenvolver um modelo gerencialmente adequado, mas implementá-lo em  
690 todas as agências com urgência. Citou o desempenho excepcional da agência de  
691 Novo Hamburgo, onde 99% dos requerimentos já estão no SABI. Comentou  
692 diferenças de desempenho de várias agências, apesar de todos, aparentemente,  
693 enfrentarem problemas parecidos. O bom desempenho de algumas, ele atribuiu ao  
694 melhor gerenciamento. No Rio de Janeiro, foram detectadas situações absurdas de  
695 descontrole na concessão de auxílio-doença, assim como na gerência de Sorocaba.  
696 O problema de mau gerenciamento pode ter como origem a intervenção política na  
697 designação de dirigentes, o que pode favorecer a algum tipo de cumplicidade com  
698 irregularidades administrativas.

699

700 Com a palavra, a Senhora Deniz, respondendo a indagação da  
701 Conselheira Sandra, explicou, com relação ao possível risco do acesso ao SABI,  
702 que a matrícula do servidor está atrelada no acesso ao sistema. Ele tem que estar  
703 cadastrado e ter a matrícula.

704

705 Com a palavra, a Senhora Sandra perguntou se o sistema de  
706 controle de acesso ao SABI verifica, automaticamente, se o servidor que o está  
707 acessando em busca de informação está devidamente credenciado para esse  
708 procedimento, tendo a Senhora Deniz respondido que hoje o sistema não está apto  
709 a fazer essa busca de forma automática mas que a Casa dispõe de gestores que  
710 fazem a liberação depois de verificar a situação da pessoa que opera o sistema.



711 Com relação à segunda pergunta da Senhora Sandra, que foi a questão de  
712 transmissão de dados, disse a Senhora Deniz que, quando o requerimento está  
713 sendo processado no SABI, as informações já vêm diretamente para o SUB, é tudo  
714 automático. Respondendo às perguntas do Conselheiro Marcelo, disse que a meta  
715 de implantação do SABI previa a conclusão da implantação em 2003, mas houve  
716 problemas orçamentários e financeiros, além de dificuldades com recursos humanos  
717 e materiais. A Senhora Deniz enumerou várias dificuldades, inclusive algumas fora  
718 do âmbito do Instituto.

719

720 Com a palavra, o Conselheiro Marcelo pediu um aparte à Senhora  
721 Deniz dizendo que, embora o SABI tenha sido desenvolvido fora da Dataprev, ele foi  
722 posteriormente absorvido pela Dataprev, sendo que boa parte dos problemas no  
723 atendimento, ano passado, que geraram reclamações em várias regiões do país  
724 foram atribuídos ao mau funcionamento do SABI. Perguntou o Conselheiro Marcelo  
725 se esses problemas já foram superados depois que o SABI foi incorporado à  
726 Dataprev.

727

728 Em resposta, a Senhora Deniz disse que embora o sistema venha  
729 melhorando gradativamente, ainda subsistem problemas, sobretudo porque nem  
730 sempre a informação é disponibilizada a tempo. Ainda há dificuldades na  
731 transmissão de dados, principalmente na Região Norte. Comentou, ainda, que  
732 embora o SABI não tivesse sido plenamente desenvolvido logo no começo pela  
733 Dataprev, esta empresa presta assistência sempre que o INSS precisa desenvolver  
734 um tema novo ou buscar novo módulo, e, ademais, a Dataprev forneceu toda a  
735 documentação operacional do sistema. Assim, se o INSS algum dia quiser trabalhar  
736 com outra empresa, já possui meios para esse fim.

737

738 Com a palavra, o Conselheiro Raimundo insistiu na necessidade de  
739 a Dataprev mandar um técnico para estar presente em todas as reuniões deste  
740 Conselho, porque sempre surgem dúvidas que só uma pessoa qualificada da  
741 Dataperv pode esclarecer. Comentou que a Dataprev é o cérebro do Ministério da  
742 Previdência.

743

744 Reassumindo a Presidência da Mesa, o Presidente Helmut  
745 Schwarzer, depois de agradecer a participação da Senhora Deniz, que qualificou de  
746 excelente, passou para o último item da pauta.

747

## 748 **V – OUTROS ASSUNTOS**

749

750 O Presidente passou a tratar da questão da aprovação das Atas  
751 das reuniões anteriores, tendo perguntado aos presentes se aprovavam as Atas das  
752 107ª e 108ª reuniões e, quanto à Ata da 109ª reunião, indagou ao Conselheiro Jorge  
753 Higashino se ainda desejava mudar algo que ali constou, tendo o Conselheiro Jorge  
754 dito que, após as alterações feitas, aprovava tudo que constava da Ata da última  
755 reunião. Diante da concordância de todos, foram consideradas aprovadas as Atas  
756 das 107ª, 108ª e 109ª reuniões do Conselho Nacional de Previdência Social. Em  
757 seguida, o Presidente pediu a compreensão dos Senhores Conselheiros por não  
758 poder apresentar na presente reunião a proposta orçamentária da Previdência, uma  
759 vez que o Subsecretário do Planejamento ainda está recebendo as propostas  
760 orçamentárias de cada uma das unidades da Previdência. Disse o Presidente que  
761 certamente na reunião a realizar-se em junho a proposta orçamentária será  
762 apresentada aos Senhores Conselheiros.

763

764 Com a palavra, a Conselheira Lúcia Regina dos Santos Reis (CUT),  
765 observou que o Governo Federal está ultimando a proposta da LDO, e que a CUT  
766 iria propor discussão em torno do reajuste do funcionalismo público federal. É  
767 preciso que o governo debata o assunto em profundidade, enquanto prepara a LDO,  
768 de modo que haja uma correção para todos os servidores.

769

770 Com a palavra, o Conselheiro Raimundo lembrou que gostaria que  
771 constasse em pauta a questão do recadastramento.

772

773 De volta com a palavra, a Conselheira Lúcia informou que os  
774 servidores públicos da Seguridade Social aprovaram o início de uma greve para o  
775 dia 02 de junho e que houvera duas reuniões com o Ministro da Previdência para  
776 avaliar a situação e buscar um entendimento. Comentou em seguida as  
777 conseqüências dos baixos salários dos servidores da Previdência, acarretando

778 desestímulo e fuga de servidores para outros empregos. Disse que compreende as  
779 dificuldades da Previdência, cujo orçamento depende de outros Ministérios. Lembrou  
780 que desde 2001 é esperada a implantação de carreiras e apelou para que o  
781 Conselho leve ao Ministro e este à Casa Civil as justas reivindicações dos servidores  
782 da Casa e do funcionalismo em geral.

783

784 O Presidente da Mesa disse entender que a ameaça de greve,  
785 marcada para o dia 02 de junho, é algo muito sério, e sendo a quarta greve por  
786 tempo indeterminado no Governo Lula teria conseqüências muito graves aos  
787 esforços de gestão, prejudicando o trabalhador e o segurado da Previdência. O  
788 Ministro da Previdência e o Presidente do INSS estão empenhados nas negociações  
789 para tentar impedir a greve. Disse que o Ministério não tem dotação orçamentária,  
790 neste momento, para fazer promessas de reajustes salariais. O que o Ministério da  
791 Previdência tem feito é incorporar algumas gratificações vinculadas à produtividade.

792

793 A Conselheira Lúcia Regina disse que o Ministro fez uma lista de  
794 algumas ações que pretende por em prática, tais como a contratação de 750 médicos,  
795 150 analistas e 300 técnicos. Voltou a apelar para o Conselho influir no processo de  
796 um reajuste para os servidores, e acrescentou que há um esforço para negociar em  
797 vez de ir à greve.

798

799 O Conselheiro Marcelo disse que é lícito e compreensível o direito  
800 dos servidores de recorrerem à greve, mas alertou para os prejuízos que teriam os  
801 segurados se a paralisação ocorrer. Perguntou se não haveria uma forma de adiar a  
802 projetada greve do dia 02 de junho, e, ao mesmo tempo, buscar um aprimoramento  
803 no atendimento e tentar, de alguma forma, evitar a greve. Disse que o Ministério  
804 mostrou disposição para negociar, mesmo não tendo recursos suficientes.  
805 Manifestou sua apreensão com as conseqüências da falada paralisação em junho, e  
806 apelou para que fosse tentado algum tipo de interlocução.

807

808 A Conselheira Lúcia informou que houve negociação. Que  
809 aconteceu uma Mesa Setorial da Previdência. Apelo para que o Conselho se  
810 manifeste em defesa do funcionalismo e acrescentou que a proposta de reajuste  
811 este ano foi por demais diminuta, 0,1%. Indagou se o funcionário não precisa repor

812 suas perdas salariais devido à inflação. Mencionou estar ciente que não se trata de  
813 má vontade do governo, mas que existe uma política e os problemas precisam ser  
814 enfrentados com urgência.

815

816 O Presidente da Mesa, dirigindo-se à Conselheira Lúcia, disse que  
817 não sabia ao certo qual seria o destinatário de declaração do Conselho em relação  
818 às reivindicações dos servidores da Previdência Social. Há o problema da realidade  
819 orçamentária, não muito favorável à concessão de grandes reajustes, disse.

820

821 A Conselheira Lúcia afirmou que o Ministro, dentro de suas  
822 limitações, está buscando apresentar propostas.

823

824 O Conselheiro Leonardo comentou estar solidário com a  
825 manifestação dos servidores e seus representantes buscando um reajuste salarial.  
826 Disse que, a seu ver, a solução-problema do funcionalismo foge à alçada do  
827 Conselho, e que, portanto, não caberia aqui nenhuma manifestação nesse sentido.

828

829

830 A Conselheira Josepha disse que o Conselho, ainda que não tenha  
831 poderes para resolver a situação do funcionalismo, pode sim manifestar sua  
832 preocupação.

833

834 O Conselheiro Marcelo, abordando o problema da proximidade de  
835 uma greve do funcionalismo, disse que a grande preocupação é o prejuízo aos  
836 serviços da Previdência, e que a participação do Conselho neste problema poderia  
837 se resumir em uma moção às autoridades governamentais responsáveis pela gestão  
838 de recursos humanos, com vistas a tudo tentar para atender às reivindicações e  
839 evitar a anunciada paralisação.

840

841 O Presidente da Mesa sugeriu uma moção para as autoridades do  
842 Governo e outra para as entidades representativas dos servidores de modo a ser  
843 buscada uma solução satisfatória para ambos os lados.

844

845 O Conselheiro Guilherme lembrou que é preciso que a opinião seja  
846 bem informada da importância dos serviços que a Previdência Social presta à  
847 sociedade e da desestruturação que uma greve pode provocar nesses serviços.  
848 Acha que uma moção não precisa, necessariamente, ser dirigida ao Governo, que o  
849 Conselho pode dirigir-se à sociedade. Disse não estar falando em nome do  
850 Ministério da Previdência, mas como servidor público.

851  
852 A Conselheira Lúcia disse ser boa a idéia da moção, mas  
853 comentou que é preciso que seja bem esclarecedora a situação do funcionalismo. O  
854 problema não está apenas nos servidores da Previdência, mas há uma série de  
855 aspectos que têm a ver com o funcionalismo em geral. Sobre a greve marcada para  
856 o dia 2 de junho, ela disse que a paralisação poderia não acontecer, dependendo  
857 das negociações em curso.

858  
859 Os Conselheiros Lúcia, Leonardo, Raimundo, Guilherme, Helmut,  
860 Jorge e Marcelo debateram aspectos das reivindicações dos servidores federais e  
861 especialmente da Previdência Social. Abordaram as diversas conseqüências  
862 negativas de uma paralisação, mesmo que parcial, e buscaram, dentro das  
863 atribuições do Conselho Nacional da Previdência Social, uma forma de conciliar os  
864 legítimos interesses do funcionalismo com a situação orçamentária do Ministério.  
865 Nesse sentido, o Conselheiro Marcelo sugeriu uma moção nos seguintes termos: “o  
866 CNPS vem, pelo presente, fazer um apelo às autoridades governamentais e às  
867 lideranças sindicais para que sejam enviados esforços em termos de negociação,  
868 com vistas a preservar a continuidade e a melhorar a qualidade dos serviços  
869 previdenciários prestados.”

870  
871 **Deliberação: A moção foi colocada em votação e aprovada por unanimidade**  
872 **com o seguinte teor: “Moção de 25 de maio de 2005. O PLENÁRIO DO**  
873 **CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL em sua 110ª Reunião**  
874 **Ordinária, realizada no dia 25 de maio de 2005, diante do indicativo de greve do**  
875 **INSS para o mês de junho do corrente ano, vem pela presente fazer um apelo**  
876 **às autoridades governamentais e às lideranças sindicais para que sejam**  
877 **envidados esforços de negociação com vistas a preservar a continuidade e a**  
878 **melhorar a qualidade dos serviços previdenciários prestados, evitando-se**

879 **assim graves prejuízos aos segurados e beneficiários da Previdência Social.**  
880 **Plenário do Conselho Nacional da Previdência Social, em 25 de maio de 2005.**  
881 **Romero Jucá, Presidente.”**

882

883                   A Conselheira Josepha, ao final da reunião, parabenizou o  
884 Conselheiro Jorge Higashino por ter conseguido, ao final de mais de um ano de  
885 esforços, fazer os contratos do INSS com os Bancos.

886

887                   Nada mais havendo a ser discutido, o Presidente deu por  
888 encerrada esta 110ª Reunião do Conselho Nacional de Previdência Social,  
889 agradecendo as presenças dos Conselheiros e convidados que a ela  
890 compareceram. Para constar, eu, Vanessa Meireles Barreto Chervenski, lavrei a  
891 presente Ata. Brasília, 25 de maio de 2005.